

Brasília-DF, 14 de agosto de 2026



professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB). Durante a manhã, foi apresentado o Programa Nacional de Transição Justa Solidária – Energia Limpa, Bioeconomia, Agroecologia, Biodiversidade e Trabalho Decente, iniciativa construída como contribuição concreta da classe trabalhadora organizada à agenda brasileira e internacional de enfrentamento da emergência climática. O programa, desenvolvido em parceria entre CNTI, UnB e MAM, tem como referência o Centro Técnico Educacional da CNTI (CTE/CNTI), em Luziânia (GO), e reúne ações de transição energética, agroecologia, bioinsumos, remineralização de solos, bioeconomia, restauração ecológica, formação profissional e geração de empregos verdes.

CNTI apresenta Programa Nacional de Transição Justa ao presidente da COP30



O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Reginaldo, participou nesta quinta-feira (13) de reunião com o embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30, no Ministério das Relações Exteriores. O encontro contou também com a participação de Clemente Ganz Lúcio, enviado especial da Presidência da COP30 para os Sindicatos, e de Suzi Huff,

A iniciativa dialoga diretamente com a Agenda de Ação da COP30 ao integrar energia renovável, agricultura sustentável, segurança alimentar, biodiversidade, bioeconomia, restauração de ecossistemas, capacitação profissional e valorização do trabalho decente, defendendo que a transição climática seja construída com participação social e com os trabalhadores no centro das soluções. Durante a reunião, José Reginaldo também reforçou o convite para a participação na Plenária Nacional em comemoração aos 80 anos da CNTI.



No período da tarde, no Palácio do Planalto, o presidente da CNTI, na condição de conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), junto a outros conselheiros, sob a coordenação da secretária-executiva do CDESS/SRI/PR, Raimunda Nonata Monteiro, participou da reunião em que houve a entrega do **"Mapa do Caminho para Parar e Reverter o Desmatamento e a Degradação Florestal até 2030"** ao ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, atividade que também teve a presença do embaixador André Corrêa do Lago.

Brasília-DF, 14 de agosto de 2026



Sônia Zerino participa da divulgação do Relatório das Desigualdades 2026



No mês de combate às desigualdades, a presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, participou, na tarde desta quarta-feira (12), em Brasília (DF), de atividade do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, que apresentou os dados do Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2026, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

O levantamento mostra que 71% dos indicadores que puderam ser atualizados apresentaram melhora em

relação ao período anterior. Outros 16% registraram piora e 13% permaneceram praticamente estáveis. Entre os avanços estão indicadores relacionados ao mercado de trabalho, renda, segurança alimentar, educação, saúde, acesso a serviços básicos e meio ambiente.

Na avaliação de Sônia Zerino, os dados demonstram que o Brasil está avançando no enfrentamento das desigualdades, embora ainda existam desafios importantes a serem superados.

“Os resultados mostram que as políticas públicas adotadas nos últimos anos estão produzindo efeitos positivos na vida da população. É importante reconhecer esses avanços, mas também manter a mobilização e o compromisso com a redução das desigualdades que ainda persistem no país”, destacou Sônia.

[Confira aqui o relatório](#)

Fonte: NCST

Trabalho no centro do desenvolvimento; Por Eduardo Annunziato (Chicão)

Entenda as diretrizes do Programa de Governo Lula que enfocam o trabalho e desenvolvimento como pilares de uma estratégia nacional.



Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Eduardo Annunziato (Chicão), encontra-se com Lula e Geraldo Alckmin durante a Plenária dos Sindicalistas (Foto: Ricardo Stuckert)

As diretrizes apresentadas para o Programa de Governo Lula trazem um debate importante para o movimento sindical e para todos aqueles que defendem um projeto de desenvolvimento que tenha o trabalhador como protagonista. Mais do que discutir nomes ou o processo eleitoral, precisamos olhar para as propostas e analisar qual espaço o trabalho ocupa no projeto de País.

Nesse sentido, há pontos que dialogam diretamente

Brasília-DF, 14 de agosto de 2026

com reivindicações históricas do movimento sindical. O programa estabelece como uma de suas diretrizes “Valorizar o Trabalho em suas Múltiplas Formas” e coloca a geração de empregos, a proteção social e a valorização salarial como partes de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Entre as propostas representam a continuidade da política de valorização real do salário mínimo, o combate à pejotização fraudulenta, medidas contra fraudes nas terceirizações, maior proteção aos trabalhadores de aplicativos e o aprimoramento da legislação trabalhista para enfrentar situações que levam à precarização. Também está prevista a continuidade da discussão pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salários.

Reconhecimento do papel das entidades sindicais

Outro aspecto importante é o reconhecimento do papel das entidades sindicais. As diretrizes defendem o fortalecimento da negociação coletiva, a retomada da assistência sindical nas homologações e a regulamentação do direito à negociação coletiva no setor público. Para nós, sindicalistas, fortalecer a organização coletiva é fundamental para equilibrar as relações entre capital e trabalho e garantir que crescimento econômico também represente melhores salários, direitos e condições de vida.

Esse é um ponto central. Não existe desenvolvimento verdadeiro sustentado por salário baixo, precarização e retirada de direitos. Um País cresce de forma consistente quando investe em sua indústria, infraestrutura, tecnologia e qualificação profissional, mas também quando distribui renda, gera empregos de qualidade e fortalece o poder de compra da população.

As diretrizes caminham nessa direção ao relacionar desenvolvimento econômico, inovação e produtividade com valorização do trabalho, proteção social e redução das desigualdades. O documento também apresenta propostas para ampliar o acesso à Previdência e adaptar a proteção social às novas formas de trabalho.

Isso não significa que o movimento sindical deva abrir mão de sua independência ou deixar de apresentar suas próprias reivindicações. Ao contrário. Programa de governo é compromisso que precisa ser debatido, aperfeiçoado e, principalmente, cobrado pela sociedade organizada.

Um Brasil soberano

O que devemos defender é um projeto de Brasil em que crescimento econômico e justiça social caminhem

juntos. Um Brasil soberano, industrializado, capaz de gerar empregos de qualidade e no qual os ganhos de produtividade não fiquem concentrados apenas no topo, mas cheguem a quem efetivamente produz a riqueza deste País.

Colocar o trabalho no centro do desenvolvimento é reconhecer que nenhuma transformação será verdadeiramente progressista se não melhorar, concretamente, a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Eduardo Annunziato (Chicão) é Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente – FENATEMA, Diretor de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Vice-presidente da Força Sindical.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Cai diferença entre homens e mulheres no acesso ao emprego formal

Rais mostra ampliação da presença feminina no mercado de trabalho



© Ingrid Anne/Prefeitura de Manaus

Do total de 62,8 milhões de empregos formais ativos no Brasil, incluindo trabalhadores com carteira assinada e agentes públicos, as mulheres ainda não representam a maioria, mas a diferença em relação aos homens caiu nos últimos anos. É o que mostram dados da Rais Mensal de junho, divulgados nesta quinta-feira (13) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) reúne estatísticas sobre o mercado de trabalho a partir de informações coletadas de empresas e órgãos públicos.

Ao todo, as mulheres ocupam 46,4% dos postos de trabalho, somando 29.182.235 de vínculos trabalhistas. Os homens estão registrados em 33.708.974 vagas, 53,6% dos postos de trabalho.

Essa distância era maior em janeiro de 2023, quando

Brasília-DF, 14 de agosto de 2026

55,7% das vagas eram ocupadas por pessoas do sexo masculino, contra 44,2% do sexo feminino.

O mercado de trabalho brasileiro acumulou saldo positivo de 10,1 milhões de vínculos de emprego formal, entre janeiro de 2023 e junho de 2026, segundo o balanço apresentado pelo MTE. Desse montante, 5,8 milhões das vagas formais foram ocupadas por mulheres, enquanto 4,3 milhões foram ocupadas por homens.

A Rais Mensal também trouxe informações atualizadas sobre a diversidade racial no mercado de trabalho brasileiro.

Dos 62,8 milhões de vínculos formais, tanto no setor público quanto privado, 27,3 milhões são de pessoas autodeclaradas pardas, enquanto outras 26,8 milhões são pessoas autodeclaradas brancas. Os trabalhadores que se autodeclararam pretos correspondem a 4,6 milhões. Amarelos, 600 mil, e indígenas, 239 mil.

Outros 3,1 milhões de vínculos trabalhistas não tiveram a informação racial registrada, um número que era de mais de 17,2 milhões há pouco mais de três anos e meio.

"Nós temos hoje mais gente preta ou parda em relação à população branca, mas essa é uma informação não demandada, tanto que o não informado diminuiu de 17 milhões para 3 milhões, porque a gente fez uma campanha forte com as empresas para que elas voltassem a informar", explicou a subsecretária de Estatística do MTE, Paula Montagner, durante apresentação dos dados.

A escolaridade dos trabalhadores também evoluiu no mercado de trabalho nos últimos anos. Mais da metade dos trabalhadores (54%), o que representa 33,7 milhões de pessoas com vínculos formais, têm ensino médio, e 15,2 milhões ensino superior ou pós-graduação.

A expansão dos empregos também foi maior entre os trabalhadores mais experientes, sendo que 74% têm pelo menos 30 anos de idade.

O rendimento médio dos trabalhadores em emprego formal no Brasil ficou em R\$ 4.389,49.

O setor de serviços segue como o maior gerador de empregos formais no país, respondendo atualmente por 38,2 milhões de vagas, seguido pelo comércio (10,5 milhões), indústria (9,1 milhões), construção (3 milhões) e agropecuária (1,8 milhões).

Fonte: Agência Brasil

Projeto reduz de dois anos para 12 meses intervalo para usar FGTS na quitação de financiamento imobiliário

Para virar lei, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado

O Projeto de Lei 2568/26 reduz de dois anos para 12 meses o intervalo mínimo para o trabalhador usar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na amortização ou na quitação de financiamento imobiliário. A proposta também permite que o recurso seja utilizado em financiamentos feitos fora do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).



Atualmente, a lei exige que o crédito tenha sido concedido pelo SFH e impõe um prazo de 24 meses entre as movimentações. O texto altera a Lei do FGTS.

Pela proposta, a possibilidade de usar o saldo para reduzir a dívida da casa própria passa a valer para qualquer modalidade de financiamento ou de banco, desde que respeitado o novo intervalo de um ano. Segundo o projeto, esse intervalo é contado a partir da data da operação anterior.

Patrimônio do Trabalhador

O autor da proposta, deputado Gilson Marques (Novo-SC), defende que o fundo integra o patrimônio individual do trabalhador e que as restrições ao seu uso devem ser mínimas. "Manter o trabalhador impedido de usar seu próprio patrimônio para reduzir uma dívida cara, quando dispõe de recursos para tanto, é uma medida que o prejudica duplamente", afirma Marques.

O parlamentar argumenta que a amortização frequente é vantajosa para o cidadão, especialmente com os juros atuais elevados, já que o rendimento do fundo é baixo. Ele ressalta ainda que a medida pode ajudar a diminuir o número de dívidas não pagas e a liberar renda das famílias para outros investimentos, sem criar gastos para o governo.

Próximas Etapas

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara